

**Ofício CONDSEF nº 141/2015.**

Brasília-DF, 07 de março de 2015.

**Ao Excelentíssimo Senhor  
DEPUTADO FEDERAL ROGÉRIO ROSSO**

Assunto: **INMET**.

A **CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – CONDSEF**, entidade sindical de base nacional, representada por seu Secretário-Geral **Sérgio Ronaldo da Silva**, vem perante Vossa Excelência expor e ao final requerer o que segue:

O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), fundado em 1909, é um órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. É o representante oficial do Brasil junto à Organização Mundial Meteorológica (OMM/ONU). O Instituto atua direta e construtivamente no processo de tomada de decisão do cidadão em vários setores econômicos e sociais, além de exercer papel essencial no auxílio dos órgãos de Defesa Civil na previsão e prevenção de desastres naturais.

A excelência do serviço desenvolvido só é possível diante do esforço cotidiano dos atuais servidores que, distribuídos em dez Distritos Meteorológicos em todo o país, desenvolvem com presteza e eficácia as missões ora destinadas.

Reconhecendo a importância do órgão, o governo federal aprovou a Lei nº 12.702/2012 que incluiu apenas a Instituição no Plano de Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia (Lei nº 8.691,1983), excluindo assim os atuais servidores do referido Plano. Essa medida criou uma situação discriminatória inaceitável para os atuais servidores, que de forma competente consolidaram o INMET com um órgão da área de Ciência e Tecnologia.

Além disso, com a chegada de novos servidores, já autorizado o concurso pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (Portarias nº 97 de 27 de março de 2014 e nº 435 de 18 de novembro de 2014), criam-se duas carreiras distintas dentro do mesmo órgão (PGPE e C&T) para desempenhar as mesmas funções. Em consequência disso, a categoria será dividida em servidores novos e antigos, com salários e benefícios trabalhistas alarmantemente díspares, embora exercendo a mesma função.

Para que possamos solucionar essa situação, acreditamos que é necessária uma intervenção direta do Poder Executivo através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no sentido de garantir um instrumento legal para atendimento do nosso pleito.

Diante do exposto, solicitamos a valiosa gestão de Vossa Excelência para que reforce o pedido de audiência com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme solicitada pela CONDSEF (documento anexo).

Atenciosamente.

  
**Sérgio Ronaldo da Silva**  
**Secretário-Geral/CONDSEF**